

## OS SIGNIFICADOS DAS MEMÓRIAS E LINGUAGENS NA CONSTRUÇÃO DE OUTRAS HISTÓRIAS

Rejane Meireles Amaral Rodrigues<sup>1</sup>

---

ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A. & MACIEL, Laura A. (Orgs.)  
*Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água,  
2006. 298 p.

---

Com a perspectiva de superação de um referencial de escrita de história, cujas metodologias se esvaziam e os sujeitos sociais desaparecem, surgiu em 2004 a obra *Muitas memórias, outras histórias*<sup>2</sup>, que visava reunir, de forma sistemática, as reflexões implementadas por alguns pesquisadores ao longo da experiência financiada pelo PROCAD/CAPES.<sup>3</sup>

A publicação *Outras histórias: memórias e linguagens* reúne boa parte dos autores que perfilaram na primeira publicação. Neste sentido, como aponta Déa Fenelon na *Apresentação* do livro, uma das propostas que permeia os textos reunidos agora, em

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia, professora de História da Unimontes, doutoranda na PPGHIS/UFU.

<sup>2</sup> FENELON, Déa et al. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2004.

<sup>3</sup> Entre 2001 e 2004, a partir de projeto de cooperação acadêmica aprovado junto ao Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pesquisadores vinculados aos Programas de Mestrado e Doutorado em História da Pontifícia Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Estadual Paulista (UNESP), constituíram e implementaram um grupo de trabalho em torno da temática "Trabalho, Cultura e Cidade", cuja perspectiva mais evidente de interseção entre eles era a investigação pautada pelas articulações entre as histórias e as memórias, com o plural destas palavras sendo uma das tônicas que permeava não só a perspectiva teórica, mas também política dos participantes.

sintonia com *Muitas memórias* e com o projeto que o fundamentou, é “explorar as tensões, as contradições do social, mantendo viva a tentativa de desconstruir processos claros de apagamento das memórias dos vencidos e de outros atores e de suas experiências sociais ao longo da história.” (FENELON, p. 5). Desta feita, percebe-se a intenção de avançar nas questões propostas ou mesmo tateadas anteriormente, notadamente as que se relacionam com as reflexões que denotam um diálogo com categorias e conceitos como cultura, memórias e linguagens.

A primeira categoria – cultura – colocada, pelo menos, desde a década de 1950 nos debates travados nas ciências humanas e que se firma como um conceito em disputa, dados os diferentes e divergentes significados que assume, torna-se, ao longo de um conjunto significativo de capítulos do livro, uma evidência dos diálogos travados pelos autores, diálogos estes que colocam no foco de suas reflexões não só o elenco de outros autores que participam dele, como a perspectiva política que perpassa a concepção de História compartilhada majoritariamente entre os autores de *Outras histórias*. Assim, por meio de referências como Edward P. Thompson, Raymond Williams, Stuart Hall e Beatriz Sarlo, dentre outros, o que se reconhece na leitura de *Outras histórias* é a implementação da noção de que os sujeitos, em diversas ocupações e práticas, são produtores de culturas, vistas como modos de vida em processo permanente de construção e reconstrução – “como tudo que os homens criam e ao que atribuem significado” (FENELON, p.7) –, processo este do qual estes participam como atores e não meros espectadores, aprendizes ou assimiladores.

Deste modo, a partir de pesquisas sobre trabalhadores rurais sem-terra, catadores de papel, desempregados e empobrecidos, moradores do campo e da cidade, é possível se perceber o empenho dos autores em expressar na escrita um diálogo compartilhado com os trabalhadores. Evidencia-se que, na perspectiva colocada, a busca daqueles personagens não se dá de forma simplista ou simplificadora de vivências ou de enquadramento em estruturas pré concebidas, numa pretensa “visão dos vencidos” em que o pesquisador “daria voz” a estes, mas, sobretudo, no reconheci-

mento dos limites e diferenças que marcam os distintos lugares sociais no que se refere às formas como as relações sociais se constituem na sociedade capitalista globalizada. É o reconhecimento desta diferença, como acentua Alessandro Portelli, que torna pertinente e profícuo politicamente o diálogo.<sup>4</sup>

Esta forma de construção historiográfica e sua conseqüente visão de História, enquanto princípio e perspectiva que norteiam o trabalho do historiador, por certo não se coloca como novidade – propaganda fácil tão em voga também nas ciências humanas –, como apontam Heloisa Faria Cruz, Yara Khoury e Maria do Rosário Peixoto na *Introdução*. Ao contrário, o que se busca é a participação e uma tentativa de contribuição dos autores numa concepção que se evidencia pela inversão prospectiva na relação passado–presente, identificada nos debates travados, por exemplo, por Jean Chesneaux e Beatriz Sarlo há décadas.

Assim, o presente torna-se o ponto de partida na investigação e reflexão histórica, dado que é neste que os historiadores se situam, produzindo sentidos e significados, na tentativa da construção de um outro presente, numa outra relação com o passado. Neste diálogo, a experiência social de homens e mulheres é tomada como resultante das lutas travadas no social, o qual é visto como um todo e, essencialmente, como expressão de relações, marcadas pelas disputas entre projetos e concepções distintas de sociedade. Esta perspectiva coloca-se, desta forma, na contraposição de concepções fragmentárias e/ou dicotômicas que marcam parte da produção historiográfica recente, a partir, inclusive, do uso da categoria *cultura*.

Outra categoria visada pelos autores – *linguagens* – reitera o diálogo com autores que contribuíram com esta construção, notadamente com Raymond Williams. Neste sentido, a referência é, como apontam tanto as autoras da *Apresentação* quanto da *Introdução*, evidenciar as linguagens como um elemento que constitui

---

<sup>4</sup> PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. O que faz a H.O. diferente. A pesquisa como um experimento em igualdade”. *Revista Projeto História*, n.14. São Paulo: EDUC, 1997. p.12.

os sujeitos e, portanto, a sociedade, a partir e nos quais são implementadas suas ações, suas práticas, apresentando-se não enquanto meros discursos, representações, mediações ou reflexos da realidade. À vista disto, no que se refere às linguagens, caberia sempre ao historiador indagá-las quanto ao seu caráter histórico, sobre as relações, tensões, projetos e expectativas que as engendraram.

O livro apresenta em seus capítulos diversas investigações, produzidas por pesquisadores de quatro universidades brasileiras<sup>5</sup>, pautadas em diferentes linguagens, tais como a literatura – em prosa e em poesia –, a imprensa, a fotografia, o filme, a arquitetura e, em maior destaque, dado que aparece em seis dos quatorze capítulos, a história oral.

Tomando como referência as linguagens, na sua complexidade e retomando os apontamentos delineados em toda a obra, na análise do conjunto dos diferentes capítulos que constituem *Ou- tras histórias* é possível perceber as várias dimensões trabalhadas pelos autores quanto às abordagens: aqueles que se remetem às linguagens a partir dos sujeitos e das situações vividas e enfrentadas por eles e aqueles que tomam as linguagens como ponto de referência central na investigação.

Nesse sentido tomo aqui duas visões diferenciadas, que levam evidentemente à interpretações diversas. Destaco, nesta direção, o trabalho de Paulo Roberto de Almeida – *Cada um tem um sonho diferente* – que investiga como “no interior de um mesmo movimento os sujeitos interagem a partir de suas visões de mundo”, para além e, por vezes, em oposição, às tendências e organizações que se fazem presentes num assentamento (ALMEIDA, p.45). No caso, o assentamento em questão foi o constituído na Fazenda Tangará, em Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Dois questões básicas orientaram a pesquisa de Almeida:

---

<sup>5</sup> Os historiadores estão vinculados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), à Universidade Federal de Uberlândia (UFU), à Universidade Federal Fluminense (UFF) e à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

quem são os trabalhadores assentados e como chegaram ao movimento. Estas duas questões permeiam o diálogo do pesquisador com os trabalhadores, diálogo construído por meio de entrevistas produzidas no próprio local, num momento que evidenciava toda a tensão de um assentamento de trabalhadores sem terra, ou seja, o momento da divisão da propriedade.

Com base nas entrevistas, Almeida entende que a constituição do assentamento da Fazenda Tangará dá-se na interseção de diversas trajetórias que se expressam na formulação de várias e, às vezes, divergentes perspectivas, tanto no que se refere ao movimento quanto ao significado do trabalho e da propriedade da terra. Uma destas divergências dá-se em relação ao significado e objetivo da posse da terra. Se para as lideranças dos movimentos organizados aquela prática é uma forma de contraposição direta a governos e classes, o que se apresenta para os trabalhadores entrevistados é a preponderância dos meios de vida, notadamente ligados ao sustento da família e de suas próprias vidas, vistas como ameaçadas na vivência que lhes informou para ingressarem no movimento.

Como destaca Almeida, esta suposta visão “mais modesta” não representa uma falta de concepção em relação ao que outros possam entender como “luta mais ampla”, mas sim que estes trabalhadores “elaboram estas dimensões no momento em que vivem” e que o narrador “conhece o meio em que vive, as relações de poder” (ALMEIDA, p.57), mas, sob outros parâmetros e formulações que não aqueles formulados seja pelas lideranças, seja por parte da academia. Marca forte neste capítulo, realçada pelo autor, é a mudança que a pesquisa realiza no próprio pesquisador: este não é mero observador, mas parte integrante do processo de investigação que se refaz também nele, acadêmica e politicamente.

No que se refere à segunda forma de abordagem, tomo como referencia o texto produzido por Dalva Maria de Oliveira Silva que, por meio da interpretação de um conjunto de canções compostas por dois moradores – Joaquim Raimundo Batista Figueiredo e Dalton Magalhães –, do Vale do Jequitinhonha, região nordeste

do Estado de Minas Gerais, interpreta os modos de vida e luta daqueles sujeitos.

Na interpretação das canções, dois processos são apontados pela autora como motivadores das canções: os moradores expulsos de suas terras pela construção de uma barragem na região e a substituição da mata nativa pelo plantio extensivo de eucalipto, visando a produção de carvão para as siderúrgicas localizadas em Minas Gerais.

Analisando pontualmente os versos que compõem as canções, o que talvez aproximaria esta abordagem de uma análise do discurso praticada em outras disciplinas, Dalva M. O. Silva vai mostrando aos leitores as articulações entre a letra e os significados que aqueles dois processos teriam para os moradores, que poderia ser identificado com a derrota de seus modos de vida ante as dinâmicas impostas pela lógica capitalista.

A autora em questão parece, com isso, reiterar um caráter inexorável das forças hegemônicas que controlariam aquela sociedade, quase que num tom polarizador entre os trabalhadores pobres do Vale do Jequitinhonha e os interesses do capital. Nesta direção, os versos seriam uma possibilidade de perceber “relações pautadas pelo paternalismo (...) pela submissão de muitos às políticas quase sempre desfavoráveis à maioria”, num quadro de subordinação que se completa com as “intervenções externas (...) que desejam ‘redimi-lo’ [o Vale] das suas mazelas. Redenção que quase sempre não se concretiza e quando o fazem, atende a pequenos grupos (...)” (SILVA, p. 115).

O resultado desta situação implementada nas plantações de eucalipto e pela construção da barragem, seria, para Silva, o fim de um “tempo de trabalho, antes marcado pelas leis da natureza e da necessidade” e o advento do assalariamento e da submissão dos trabalhadores rurais ao “tempo de trabalho marcado pela lógica da companhia” (SILVA, p. 118). A se tomar esta interpretação, de imediato o que se percebe é carência de autonomia destes personagens, ora reféns das “leis da natureza” ora da “lógica da companhia”.

Por sua vez, enquanto processo histórico, estas conclusões

parecem reforçar uma interpretação de uma preponderância absoluta dos interesses do capital e permite questionar sobre se tais sentidos constituídos para o processo histórico encontram sintonia com aqueles compartilhados pelos moradores do Vale do Jequitinhonha. Uma questão que parece pertinente: estaria a fatalidade presente na linguagem, expressando apenas lamentos e submissão, ou é uma questão de interpretação e visão de mundo da autora?

Ao confrontarmos as duas interpretações, divergentes nos dois trabalhos, fica a impressão de diferentes formas de conceber e produzir o diálogo com os trabalhadores que se fazem presentes entre os autores de *Outras histórias*, refletindo assim, mais uma vez, que a produção historiográfica é um diálogo do historiador com suas fontes, que muito depende da sua visão de mundo, do lugar de onde fala e do alvo de sua produção.

A título de conclusão, a preocupação com uma história que busca fazer-se voltada e em diálogo com os grupos e classes sociais que não são a prioridade e a razão de ser do mercado, numa sociedade globalizada, não é algo novo, como assinala a *Introdução*. Cabe a indagação: não seriam diversos os presentes, dos quais partem estes historiadores para dar a sua contribuição na transformação da sociedade, através de suas reflexões? É possível escrever outras histórias, sem a unificação do passado nem do presente? Com certeza, muitos se colocam diante de tais questões, que longe de serem respondidas é um convite à reflexão, como apontado na construção da obra.

Recebido em agosto de 2008  
Aprovado em setembro de 2008